INB INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A Indústrias Nucleares do Brasil S.A – INB, empresa pública constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, sob o controle acionário da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), atua no setor nuclear como executora da atividade monopolizada conferida à União denominada Ciclo do Combustível Nuclear, englobando as etapas industriais de produção relacionadas à exploração de urânio, desde a etapa de mineração e beneficiamento do concentrado de urânio até a fabricação de componentes e montagem final dos elementos combustíveis que acionam os reatores nas usinas nucleares.

A Companhia está sediada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, à Av. Rio Branco, nº 1 - sala 1901, Centro, possui escritório regional em Fortaleza e as seguintes unidades industriais**:**

- Fábrica de Combustível Nuclear – FCN, em Resende (RJ), com as seguintes instalações: Fabricação de componentes e montagem de elementos combustíveis, Fábrica de Enriquecimento de urânio, Reconversão de UF6 e Fabricação de Pastilhas de UO2;
- Unidade de Concentração de Urânio – URA, em Caetité (BA), destinada à extração e ao processamento do minério natural de urânio para a produção do concentrado de urânio (U3O8);
- Unidade em Descomissionamento de Buena – UDB, em São Francisco de Itabapoana (RJ), onde são extraídos os minerais pesados de Zirconita, Rutilo, Ilmenita e Monazita, atividade não associada ao ciclo do combustível nuclear;
- Unidade em Descomissionamento de Caldas – UDC, em Caldas (MG), a primeira mina de urânio do Brasil, com suas atividades industriais paralisadas por motivo de inviabilidade econômica. Atualmente, encontra-se em andamento o desenvolvimento do projeto de descomissionamento e recuperação ambiental das áreas degradadas; e
- Unidade em Descomissionamento de São Paulo – UDSP e Unidade de Estocagem de Botuxim – UEB, ambas as unidades no estado de São Paulo, que atualmente encontram-se em descomissionamento e atuam na recuperação ambiental das áreas degradadas.

O principal cliente da Companhia é a Eletronuclear S.A., empresa de economia mista, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, subsidiária da ENBPar e operadora das usinas nucleares Angra I e II.

Com a saída da empresa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, viabilizado pela ampliação da receita resultante da renegociação dos contratos destinados ao fornecimento de combustível nuclear preconizamos pela reformulação de nosso plano de negócios mantendo nosso alinhamento com a sustentabilidade financeira e o adaptando ao Programa de Dispêndios Globais (PDG) e ao Orçamento de Investimentos.

A implementação de um modelo de gestão focado no negócio, com o propósito de reafirmar o compromisso com a melhoria da qualidade na aplicação dos recursos públicos propiciou que a INB obtivesse seu credenciamento junto ao Departamento de Defesa através da Portaria GM-MD 5.893 como uma Empresa Estratégica de Defesa (EED). Essa conquista além de fortalecer a imagem da INB como empresa de tecnologia de ponta alinhada a projetos estratégicos nacionais traz outros benefícios diretos e indiretos, dentre eles a possibilidade de acesso ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID).

Em 05 de setembro de 2023, a INB obteve sua habilitação ao RETID permitindo com que seja suspensa a exigência de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e de PIS/PASEP e COFINS sobre produtos fornecidos à Industria de Defesa no Brasil, reduzindo os custos e ampliando a competitividade da INB como fornecedora neste segmento.

2. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as normas e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos técnicos, nas orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva e autorizadas para a conclusão da preparação em 19 de fevereiro de 2024.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

3.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda de apresentação. A moeda funcional da Companhia é o Real.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3. Reconhecimento da receita

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida de devoluções, descontos comerciais, tributos incidentes sobre vendas.

a) As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando: (i) o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

b) A receita financeira é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco, sendo demonstrada ao custo acrescido das remunerações auferidas até a data das demonstrações financeiras, apuradas pelo critério pró-rata que equivalem aos seus valores justos.

3.5. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos a provisão para perdas com créditos, se necessária.

As PECLD - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa são fundamentadas em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos.

3.6. Estoques

Os estoques são determinados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável. As importações em andamento estão demonstradas ao custo identificado.

3.7. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis, assim como os depósitos, na data em que são gerados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os saldos de caixa de recursos próprios são obrigatoriamente aplicados no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, investimento do segmento de Renda Fixa, conforme determinado pela Resolução BACEN nº 4.034 de 30/11/2011.

A Companhia não faz uso de derivativos, portanto, não se aplica a chamada contabilização de hedge (*'hedge accounting'*).

3.8. Outros ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidas até o encerramento do exercício.

3.9. Imobilizado

Os Ativos estão demonstrados ao custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, corrigido monetariamente durante períodos hiperinflacionários, acrescidos das reavaliações do ativo industrial das filiais de Resende, Caetité e Buena, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como componentes específicos, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses componentes forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, sendo baixados os saldos residuais dos componentes substituídos.

Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.10. Intangível

No Intangível estão classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos e demais gastos com projetos de desenvolvimento de novos produtos ou processos, como: beneficiamento de urânio da unidade de Caetité, reconversão em pó e fabricação de pastilhas de UO2, enriquecimento de urânio e licença de uso de tecnologia para fabricação de elemento combustível.

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização considera a utilização efetiva, com base em método que reflita o benefício econômico do ativo intangível ou na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas.

Os gastos com estudos e pesquisas são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva de sua viabilidade econômica e tecnológica. Caso os custos sejam identificáveis, controláveis e geradores de benefícios futuros, os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projetos e testes de produtos novos aperfeiçoados) serão reconhecidos como ativos intangíveis, até que fiquem em condições operacionais.

3.11. Direitos e obrigações de curto e longo prazo

As contas do passivo circulante e do passivo não circulante são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando cabível, dos encargos e variações monetárias, incorridas até a data do balanço.

Estão registradas no realizável a longo prazo e no passivo não circulante as parcelas dos direitos e obrigações para os quais não há perspectivas de realização ou desembolso até o encerramento do exercício seguinte.

As obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados a valor presente, sendo as demais ajustadas quando houver efeito relevante.

3.12. Provisões para contingências

As provisões para contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações judiciais ou processos administrativos em andamento, avaliados pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

3.13. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções recebidas pela Companhia eram destinadas a despesas de pessoal, custeio e investimentos. Quando destinada a investimento (ativo), o benefício é reconhecido como receita diferida, classificada em conta redutora do ativo e reconhecida na demonstração do resultado do exercício com base no saldo acumulado dessas subvenções, à medida que as despesas de depreciação do respectivo ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

3.14. Uso de estimativas

As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levaram em consideração avaliações e julgamentos da Administração, experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;

b) determinação da provisão para perdas em estoque;

c) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações;

d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;

e) compromissos com plano de benefícios de colaboradores; e

f) provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 mil no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

3.16. Dividendos

A Companhia possui em seu Estatuto Social, o pagamento mínimo de 25% de dividendos sobre o lucro líquido ajustado. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício.

3.17. Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo uma provisão contábil passiva para pagamento de participação nos lucros e resultados aos seus empregados.

3.18. Operações Continuadas e Descontinuadas

A separação e divulgação das operações em continuadas e descontinuadas na Demonstração do Resultado do Exercício, conforme estabelecido por meio do CPC 26 R1, será indicada no período em que ocorrer. Nos períodos em que não houver menção às operações descontinuadas a totalidade do resultado apresentado será oriunda de operações normais da empresa.

3.19. Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

3.20. Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovados pela Resolução CVM nº 117/2022, Resolução CFC nº 1.138/08, NBC TG 09 e é apresentada como informação adicional.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	16	17
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Recursos Próprios (a)	513	1.392
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas - FAPM (b)	27.276	24.058
Aplicações Financeiras no País - Banco do Brasil S.A. (c)	485.756	743.576
Total	**513.561**	**769.044**

(a) A conta limite de saque com vinculação de pagamento - Recursos Próprios é uma conta corrente no Banco do Brasil em que é centralizada a movimentação dos recursos da companhia, com exceção dos recursos que estão aplicados.

(b) O saldo de Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas – FAPM, que consiste nas aplicações garantidoras de provisões técnicas do Benefício de Assistência à Saúde (BAS), corresponde aos recursos constituídos com o pagamento efetuado pelos empregados para cobertura da parcela de 10% ou 30% das despesas médicas de grande risco do plano médico assistencial da Companhia, em contrapartida ao registro de provisão técnica de operações de assistência à saúde em conta do grupo Outras contas a pagar.

(c) O saldo de aplicações financeiras no país refere-se aos recursos próprios, aplicados por intermédio de instituições integrantes do Banco do Brasil S.A., de acordo com o Decreto Lei nº 1.290, de 31/12/1973 e Resolução CMN nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2022 no Fundo BB Extramercado, Fundo de Investimento Renda Fixa. A taxa de rendimento bruto acumulada no ano de 2023 foi de 13,12% (9,37% em 2022).

Na composição do saldo de aplicações financeiras está refletido o montante apurado no exercício relativo ao Fundo de Desmobilização e Descomissionamento e ao Fundo de Inovação e Atualização Tecnológica, conforme previsto em normativos internos.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações Financeiras no País - INB	436.283	743.576
Fundo Estatutário de Desmobilização e Descomissionamento - FDD	14.842	-
Fundo de Inovação e Atualização Tecnológica - FATI	34.631	-
Total	**485.756**	**743.576**

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a Receber de Clientes	293.785	447.882
Duplicatas a Receber de Clientes - FCN	148.784	2.621
Duplicatas a Receber de Clientes - UDB	8.429	-
Duplicatas a Receber de Clientes - URA	548	548
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.813)	(1.813)
Total	**449.733**	**449.238**

O saldo de Contas a Receber de Clientes das unidades industriais, Fábrica de Combustível Nuclear – FCN e Unidade de Concentrado de Urânio – URA, referem-se ao faturamento dos contratos de fabricação de elementos combustíveis, enriquecimento, conversão, fornecimento de concentrado de urânio (U_3O_8), e serviços de engenharia firmados com a Eletronuclear S.A. para as recargas das Usinas Angra 1 e 2 e as vendas de Zirconita, Ilmenita, Monazita e Rutilo da Unidade em Descomissionamento de Buena – UDB, em São Francisco de Itabapoana/RJ.

A conta de Títulos a Receber de Clientes refere-se aos eventos contratuais de execução de fornecimentos para as recargas das usinas de Angra 1 e 2 para a Eletronuclear S.A. e estão relacionados com as obrigações com clientes.

O aumento de Contas a receber de clientes decorre principalmente pela emissão de Títulos a Receber de Clientes referente à 28ª Recarga de Angra I, 29ª Recarga de Angra I, 19ª Recarga de Angra II e 20ª Recarga de Angra II.

A falta de regularidade nos pagamentos dos faturamentos pela Eletronuclear S.A para com a INB representa 64% do saldo apresentado acima.

Os saldos registrados em Provisão para Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa se encontram a título de cobrança pela área jurídica sendo demonstrados abaixo.

Unidade	Cliente	Produto / Serviço	Período	Valor
FCN	Eletronuclear S.A.	Ciclo do Elemento Combustível	04/2003 a 12/2013	1.265
URA	Eletronuclear S.A.	Ciclo do Elemento Combustível	04/2005 a 12/2006	548
			Total	**1.813**

6. Estoques

Descrição	FCN	UDC	UDB	URA	31/12/2023	31/12/2022
Matéria Prima	591.481	120	-	-	591.601	530.642
Produtos em Processo	270.870	-	-	27.950	298.820	436.342
Produtos Acabados	219.636	-	2	86.349	305.987	117.453
Importações em Andamento para Estoque	91.370	-	398	7	91.775	148.527
Subprodutos	74.079	-	-	-	74.079	32.486
Materiais de Uso e Consumo	16.732	1.994	412	7.871	27.009	20.786
Produtos Intermediários	3.160	24	78	3.951	7.213	5.540
Material em Poder de Terceiros	3.937	-	-	-	3.937	3.876
Estoque de Terceiros em Poder da Empresa	7.053	-	-	-	7.053	6.953
(-) Estoque de Terceiros em Poder da Empresa	(7.053)	-	-	-	(7.053)	(6.953)
Total	**1.271.265**	**2.138**	**890**	**126.128**	**1.400.421**	**1.295.652**

Os saldos de matéria-prima representam o custo dos materiais a serem consumidos na produção, distribuídos nas seguintes unidades:

- **FCN – Reconversão e Pastilhas (Resende):** Urânio Enriquecido, sob a forma de Hexa-fluoreto (UF6) e Óxido (Varetas contendo Pastilhas de UO2 com Gadolínio) - R$ 352.252 mil;
- **FCN – Usinagem e Montagem (Resende):** Componentes metálicos para uso na indústria nuclear - R$ 182.923 mil;
- **FCN – Enriquecimento (Resende):** Urânio em diversos teores, sob a forma de Hexa-fluoreto (UF6) - R$ 56.306 mil;
- **UDC – Unidade de Descomissionamento (Caldas):** Urânio natural, sob a forma de Minério, residual na Unidade - R$ 120 mil.

Os saldos de produtos em processo representam o custo dos materiais a serem consumidos na produção, que já tenham passado por transformação, distribuídos nas seguintes unidades:

- **FCN – Reconversão e Pastilhas (Resende):** Urânio em diversos teores, sob a forma de Óxido (UO2 – Pó e Pastilhas) e Hexa-fluoreto (UF6) - R$ 167.384 mil;
- **URA – Unidade de Concentrado de Urânio (Caetité):** Urânio natural, sob a forma de Minério e Óxido (Minério Britado, Licor de Urânio e Eluato), desde as pilhas de lixiviação até a planta química – R$ 27.950 mil;
- **FCN – Usinagem e Montagem (Resende):** Componentes do Elemento Combustível produzidos internamente, em processo de montagem/usinagem – R$ 103.486 mil.

Os saldos de produtos acabados representam os estoques disponíveis para venda/entrega aos clientes, distribuídos nas seguintes unidades:

- **FCN – Enriquecimento (Resende):** Urânio Enriquecido, na forma de Hexa-fluoreto (UF6) – R$ 46.168 mil;
- **FCN – Componentes e Montagem (Resende):** Urânio Enriquecido, na forma de Óxido (Pastilhas de UO2), contidos em Elementos Combustível metálicos – R$ 173.352 mil; Componentes metálicos para uso na indústria nuclear – R$ 116 mil;
- **URA – Unidade de Concentrado de Urânio (Caetité):** Concentrado de Urânio (U3O8) – R$ 86.349 mil;
- **UDB – Unidade de Descomissionamento (Buena):** Monazita, Rutilo, Ilmenita e Zirconita – R$ 2 mil.

O saldo de produto acabado na FCN é decorrente do Urânio Enriquecido e dos Componentes da 20ª Recarga de Angra II e da 28ª Recarga de Angra I.

O saldo de importações em andamento representa os pagamentos de custos e despesas de importação de materiais, notadamente matérias-primas e serviços de industrialização no exterior, bem como de outros materiais de consumo destinados ao estoque da Companhia adquiridos no exterior, aguardando o desembaraço/nacionalização.

Os saldos de subprodutos correspondem ao custo dos estoques oriundos de sobras do processo produtivo, que nele são reutilizados, mas não são os produtos principais da Companhia, distribuídos nas seguintes unidades:

- **FCN – Reconversão e Pastilhas (Resende):** Urânio em diversos teores, sob a forma de Óxido (Pó e Pastilhas de UO2 e Pó de U3O8) e Hexa-fluoreto (UF6) – R$ 73.580 mil;
- **FCN – Enriquecimento (Resende):** Urânio em diversos teores, sob a forma de Hexa-fluoreto (UF6) – R$ 499 mil.

O saldo em estoque de materiais de uso e consumo destinam-se às atividades administrativas e operacionais das unidades.

Os produtos intermediários correspondem ao saldo em estoque de itens de ferramentaria, gases e embalagens a serem consumidos no processo produtivo.

O saldo de Estoque próprio em poder de terceiros, compreende principalmente o valor de R$ 3.737 mil referente a Urânio recebido da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), conforme Termo de Transferência datada de 23 de novembro de 2016, mantido nas instalações do Instituto de Pesquisas Nucleares e Energéticas – IPEN, aguardando as licenças necessárias para remessa deste material para beneficiamento no exterior. Compreende, ainda, o valor de custo de um protótipo de EC enviado ao Instituto de Pesquisas Nucleares e Energéticas – IPEN em 1º de dezembro de 2018 e os materiais enviados para industrialização externa em estabelecimentos no país, notadamente aço bruto para fabricação e qualificação de componentes semiacabados utilizados em nossa fabricação de Elementos Combustíveis.